

# 5

## SERÁ TUDO PARTE DE UM GRANDE PLANO?

### ENCONTROS ETNOGRÁFICOS COM OS CHINESES EM MOÇAMBIQUE

Mikkel Bunkenborg

O crescente envolvimento da China em África tem sido alvo de inúmeras notícias nos meios de comunicação ocidentais durante a última década, sendo que grande parte desta cobertura tende a ser bastante crítica das intervenções chinesas no continente. Ao descrever as actividades chinesas em África como parte de uma luta global por recursos naturais, a China tem sido apresentada como um actor político amoral, e difamada por apoiar uma série de regimes duvidosos. Em contraste com a profunda preocupação com a boa governação e o desenvolvimento a longo prazo que supostamente caracteriza as intervenções ocidentais nos países africanos, a oferta chinesa de projectos de desenvolvimento sem a prática da condicionalidade tem sido entendida como a mera prossecução de interesses económicos egoístas. A ideia da China estar a assumir uma posição dominante nos países africanos, que as antigas potências coloniais consideravam há muito como o seu ‘quintal’ privado, tem provocado uma crescente ansiedade no mundo ocidental. O papel da China em África tornou-se, neste contexto, um critério de avaliação das intenções e da moralidade chinesas. Para além dos relatórios alarmistas dos meios de comunicação social, a literatura académica sobre a presença contemporânea da China em África tem vindo igualmente a multiplicar-se. Embora esta literatura aborde uma ampla variedade de projectos específicos por todo o continente africano, as descrições das mais fortuitas intervenções chinesas não conseguem dissipar a suspeita de que o Ocidente está a testemunhar o nascimento de uma nova superpotência e de que existe um grande plano por detrás da expansão chinesa em África.

Com base num projecto de pesquisa etnográfica que procura explorar e comparar as intervenções chinesas em Moçambique e na Mongólia,<sup>1</sup> este artigo questiona a ideia da existência de um plano director subjacente e apresenta uma série de encontros etnográficos com médicos, trabalhadores da construção civil, empresários e comerciantes chineses. Os cidadãos chineses em Moçambique estão envolvidos numa panóplia de projectos diversos e as suas actividades em hospitais, estaleiros de construção, serrações e sapatarias não confirmam imediatamente a ideia de uma expansão chinesa planeada e organizada. Contudo, apesar de a ideia de um plano director subjacente às práticas chinesas ser questionável, a ausência desse plano não exclui a possibilidade de efeitos sistémicos decorrentes de actividades distintas. As diferentes interacções entre chineses e moçambicanos podem não seguir um plano; parece, no entanto, provável que o atrito gerado pelos projectos chineses de ajuda, construção, extração e comércio possam eventualmente produzir e sistematizar ideias sobre as diferenças entre chineses e africanos, contribuindo assim para moldar os contornos da China enquanto potência emergente. A segurança é, por exemplo, uma preocupação relevante para a maior parte dos chineses que trabalha em Moçambique, e ilustra como problemas práticos marginais à expansão da China podem vir a revelar-se centrais.

## Do plano à prática

O estudo do papel da China em África era uma especialização pouco relevante até à última década, altura em que esta área cresceu exponencialmente, quando surgiu financiamento para pesquisa e vários investigadores se começaram a dedicar à descoberta da presença chinesa no continente. Como era expectável, de uma maneira geral, os investigadores não confirmaram a imagem alarmista de chineses implacáveis a apoderarem-se de terras e recursos, apoiando ditadores, ignorando direitos humanos, destruindo empresas locais e arruinando o meio ambiente. Sem ignorar os efeitos adversos de algumas iniciativas chinesas, estes académicos têm vindo a esclarecer a história complexa do envolvimento da China em África que remonta à conferência de Bandung, em 1965, e têm vindo a oferecer explicações mais equilibradas dos perigos potenciais e inerentes à presença chinesa no continente (Alden 2007; Alden, Grande & Oliveira 2008; Taylor 2006).

Deborah Braütigam, uma cientista política descrente do mito da China em África, fornece um relato tranquilizador da presença deste país asiático no continente: 'A China é agora uma força poderosa em África, e os chineses não vão sair. O seu envolvimento no continente é estratégico, planeado, a longo prazo, e ainda está em desenvolvimento' (Braütigam 2009). Braütigam faz eco da descrição

optimista de Joshua Ramo (2004) do Consenso de Pequim e do Modelo Chinês de Desenvolvimento, enfatizando que a China conseguiu retirar 200 milhões de habitantes da pobreza desde 1978 e tem um historial recente único no estímulo ao desenvolvimento económico que pode beneficiar os Estados africanos. A China surge aqui como um actor extremamente racional e pragmático, um super-sujeito uniforme, e os acontecimentos em território africano resumem-se aos efeitos intencionais e não intencionais do grande plano concebido por Pequim. O conteúdo deste plano levanta algumas questões – será uma estratégia racional para uma cooperação económica mutuamente vantajosa, como sugere Braütigam? Ou será uma estratégia colonial sinistra sem consideração pelas populações locais? Em qualquer um dos casos, é quase reconfortante pensar que há um poder central que tem um plano, está ao corrente do que se passa, e em quem se pode confiar para agir de forma racional e pragmática.

A aproximação política e económica entre a China e África é frequentemente estudada do ponto de vista da ciência política. Comparativamente, existem poucas descrições etnográficas da forma como empresários e trabalhadores chineses interagem com as populações locais. Uma notável excepção é a descrição de Ching Kwan Lee dos encontros ‘crus’ entre patrões chineses e trabalhadores locais numa mina de cobre na Zâmbia e numa fábrica têxtil na Tanzânia. Ao descrever os resultados muito diferentes dos conflitos laborais nos dois cenários, Ching Kwan Lee critica a ideia de um plano director chinês e insiste no facto de a presença chinesa ser moldada através das interações com determinados países e sociedades africanas. ‘Os resultados preliminares deste estudo comparativo sobre as políticas laborais do capitalismo chinês na África Austral contestam a noção falaciosa, actualmente predominante em debates e relatórios, segundo a qual existe um interesse ‘chinês’ singular que é sempre capaz de se impor sobre uma África também ela singular e vulnerável, sem peso político nos seus encontros com os chineses’ (Lee 2009). A perspectiva etnográfica de Ching Kwan Lee sugere que as intervenções chinesas em África são moldadas em locais específicos e não podem ser entendidas apenas como materializações mais ou menos bem sucedidas de um projecto colonial. É, por isso, uma crítica oportuna à abordagem da ciência política que assume a existência de um sujeito uniforme e de um grande plano subjacente às respectivas práticas políticas e económicas. Esta crítica pode, no entanto, ser aprofundada: examinar os encontros entre chineses e africanos na sua especificidade, sem os reduzir a manifestações das intenções que lhes subjazem, é apenas um primeiro passo. O passo seguinte passa por avaliar os efeitos sistémicos e os sujeitos que estes encontros podem produzir. Se os encontros entre chineses e africanos são actualmente descritos como ‘crus’, como é que poderão ser cozinhados e processados e que tipo de sistema é que vão alimentar? Ching Kwan Lee assinala

a ausência de uma intenção colonial concertada; contudo, se a presença chinesa em África é realmente moldada por interações específicas em vez de intenções, não parece de todo improvável que surjam oportunamente efeitos coloniais.

Este artigo questiona a ideia de que o envolvimento da China no continente africano deve ser entendido como uma estratégia em expansão, como sugere Deborah Braütigam. Em vez do desenvolvimento centrífugo de um plano pré-concebido oriundo de uma política bem definida e estável, podemos estar a testemunhar um processo centrípeto, onde os acontecimentos na periferia moldam a natureza de uma política emergente. Enquanto especialização académica, o estudo das relações China-África tem-se centrado na forma como as intervenções chinesas em África afectam o continente, mas talvez seja hora de nos questionarmos sobre como é que o 'Safari chinês' (Michel *et al.* 2009) pode estar a mudar a própria China. Uma abordagem possível seria, naturalmente, questionar o papel dos africanos neste país asiático – de acordo com a literatura, não há falta de africanos no sul da China (Bodomo 2010; Mathews 2011) – mas a presença chinesa em África não é necessariamente assim tão concreta. Neste sentido, a descrição de Mei Zhan da 'mundialização' da medicina chinesa pode oferecer uma analogia interessante. Em vez de ver a medicina tradicional chinesa como um sistema médico imutável que agora se tornou globalizado, Mei Zhan vê a medicina chinesa como um conjunto mutável de discursos e práticas que foram sendo reconstituídos através de aplicações específicas, apresentando-se, nos anos sessenta, como uma medicina preventiva mais barata, adequada ao terceiro mundo e, nos anos noventa, como uma prática médica alternativa e holística adequada a uma classe média cosmopolita (Zhan 2009). Se a medicina chinesa não é uma essência mas sim um conjunto mutável de práticas e discursos que se vai transformando à medida que vai sendo aplicada em instâncias específicas, o mesmo se pode dizer da China. O mapeamento de como específicas intervenções chinesas em África podem estar a mudar a própria China é obviamente um projecto demasiado ambicioso, mas a informação relativa a Moçambique apresentada neste artigo sugere que valerá a pena começar a pensar na China como uma forma de governação em construção, consequência de interações específicas, em vez de um sujeito bem definido que concebe e executa um grande plano.

## O anacronismo socialista da ajuda médica

O Dr. Meng queixou-se da ausência de instalações apropriadas para receber visitas, mas preparou umas folhas de chá e sentámo-nos no seu pequeno gabinete a beber chá e a conversar. Nascido durante a Revolução Cultural, o Dr. Meng era um interlocutor animado e obstinado. Ele foi nomeado para trabalhar numa zona

periférica chinesa depois de ter participado nos protestos de 1989 e manteve-se, desde então, bastante crítico do Governo chinês. O Dr. Meng mostrou-se particularmente céptico quanto à forma como o Governo chinês despendeu dinheiro público em projectos de cooperação, como o estádio de Zimpeto e o aeroporto de Maputo: certamente que o Governo deveria construir porta-aviões para proteger os interesses chineses no Mar do Sul da China, em vez de doar edifícios por toda a África.

O Dr. Meng estava envolvido num dos clássicos projectos de desenvolvimento administrados pelo consulado chinês em Moçambique: uma equipa médica nomeada para o Hospital Central de Maputo. Desde 1976, quando o projecto começou, que a província de Sichuan tem reunido equipas médicas, oferecendo-lhes meio ano de formação em português, e enviando-as para trabalhar em Maputo durante dois anos, até serem substituídas por uma nova equipa. A presente equipa, a n.º 18, é composta por doze médicos, um intérprete e um cozinheiro. Com a autorização do consulado, foi-me permitido visitar os seus bairros e falar com alguns dos médicos.

Os médicos enfatizaram que a sua missão era contribuir para as boas relações entre o povo chinês e moçambicano e que a gratidão e o respeito dos doentes era uma grande recompensa pelo trabalho desempenhado. Mesmo assim, não se encontravam totalmente satisfeitos com a sua situação. A segurança era uma preocupação constante, não só pelos frequentes assaltos, mas principalmente devido à altíssima percentagem de doentes com HIV-positivo. Só num ano, tiveram nove incidentes em que suspeitaram que um dos médicos chineses podia ter sido exposto ao vírus do HIV em acidentes cirúrgicos, e o necessário tratamento profilático após a exposição revelou-se complicado devido aos efeitos secundários. Para além dos perigos que enfrentavam, sentiam que o Ministério da Saúde moçambicano não valorizava o seu trabalho. Ninguém os ia receber ao aeroporto e esperava-se que comesçassem a trabalhar no dia seguinte à sua chegada. Não havia intérpretes, e apenas três ou quatro dias depois de chegarem ao país, tinham que trabalhar sozinhos em turnos, apesar de as suas competências linguísticas serem ainda insuficientes. Os salários eram pagos pelo país de origem mas o Ministério moçambicano providenciava o alojamento, o que se tornou numa fonte de discórdia. Como um membro da equipa salientou, todos eles eram médicos experientes, com família, mas apenas lhes foi dado um quarto individual a cada um em apartamentos comunitários. Conseguir que o Ministério arranjasse ou substituísse as coisas estragadas nestes apartamentos era um problema interminável e, por isso, tiveram que viver com móveis e instalações partidos. Todos os seus colegas do hospital tinham os seus próprios apartamentos e ganhavam uma quantia considerável em clínicas privadas. Além de impedidos

de trabalhar fora do hospital, os médicos chineses consideravam que a existência destas clínicas privadas prejudicava os seus esforços para melhorar os serviços no hospital público. Uma vez que as listas de espera eram um dos factores que levavam os doentes mais abastados a preferir as clínicas privadas, os médicos chineses sentiam que a eficiência era desincentivada, em vez de encorajada, pelos restantes médicos do hospital público.

Ao contrário de projectos de construção mais vistosos financiados pela China por todo o continente africano durante a última década, as equipas de médicos chineses constituem um esforço constante e discreto de cooperação internacional que começou há quase 50 anos e que já alocou perto de vinte mil médicos chineses no exterior, por períodos de dois anos, a maioria em África. A presente popularidade de médicos e medicamentos chineses em alguns países africanos, como a Tanzânia (Hsu 2002; Langwick 2010), está, sem dúvida, relacionada com este esforço. Mas o programa começou em 1963, quando o presidente Mao se preparava para a Revolução Cultural, e não havia então qualquer intenção de abertura de novos mercados. Ainda hoje, os esforços das equipas médicas continuam a ser entendidos como um donativo desinteressado de um povo a outro. Contudo, num contexto em que os cuidados de saúde têm vindo a ser privatizados tanto na China como nos países receptores, o teor socialista e a ausência de uma perspectiva de negócio parecem cada vez mais estranhos aos olhos daqueles envolvidos. Naturalmente, os doentes são os grandes beneficiários desta situação, mas tendo em conta a tendência para a comodificação dos cuidados de saúde, os médicos chineses em Maputo sentem que os seus esforços são insuficientemente remunerados e os seus homólogos locais parecem considerar os esforços deles para melhorar o sistema de saúde público uma ameaça às suas oportunidades de negócio.

Num *post* publicado no seu *blog*, Jian Hong (2011), um empresário chinês que publicou vários livros sobre Moçambique,<sup>2</sup> sugere que a estratégia chinesa para melhorar o sistema de saúde pública moçambicano é um anacronismo socialista indesejável num mundo que virou capitalista. Jian Hong considera que, em vez de manter cegamente esta estratégia, o Governo chinês devia eliminar gradualmente a componente de ajuda e adoptar uma estratégia de investimento com o objectivo de assegurar que os países africanos estejam abertos a produtos farmacêuticos chineses e a médicos chineses dispostos a estabelecer clínicas privadas em África. As equipas médicas são um projecto de apoio ao sector público da velha guarda; embora não haja razão aparente para supormos que a prática do envio de equipas de assistência médica terminará num futuro próximo, o nacionalismo mordaz do Dr. Meng e a preocupação de Jian Hong com as oportunidades de negócio desperdiçadas sugerem que este tipo de intervenção estatal no âmbito da cooperação para o desenvolvimento está rapidamente a tornar-se obsoleto.

## Zonas de construção

O senhor Yang é um homem rijo de quarenta e muitos anos. Trabalhou como capataz de uma equipa de pintores no estádio de Zimpeto, mas foi realocado como segurança no turno da noite, quando a construção do estádio ficou concluída, e pudemos, por isso, conversar durante a tarde. De uniforme roxo característico da SOGECO, convidou-me para o estaleiro de construção vedado, nos arredores de Maputo, e sentámo-nos nos beliches do dormitório que partilhava com um colega, a fumar cigarros chineses e a beber chá verde. O contrato de dois anos do senhor Yang em Moçambique estava a terminar, mas tendo já trabalhado em Madagáscar, Granada e Zimbabué, ele estava confiante que a empresa o reencaminharia para um outro país no final do Festival da Primavera. O salário era razoável, cerca de 800 dólares americanos por mês, pagos na totalidade no final do contrato. As despesas com alimentação e necessidades diárias eram fornecidas pela companhia e pagas através de uma mesada de 100 dólares, e, com alguma contenção, era possível poupar cerca de metade desse subsídio. É prática usual de muitas empresas chinesas reterem o passaporte dos seus empregados chineses, e o senhor Yang e os seus colegas não eram excepção. Eles não estavam, porém, especialmente preocupados com a ausência de passaporte. Para além do risco recorrente dos assaltos nas ruas de Maputo, o facto de poderem ser abordados e multados, enquanto estrangeiros ilegais sem identificação, pela polícia moçambicana, era apenas mais um bom motivo para permanecer no complexo. A empresa organizava, ocasionalmente, uma saída ao supermercado SOGECO ou uma visita a um restaurante chinês, mas o senhor Yang e os seus colegas, em geral, trabalhavam, comiam e dormiam no estaleiro vedado pela duração do seu contrato, sem se aventurarem no exterior. Sendo que esta situação não é assim tão diferente da dos trabalhadores rurais de construção empregados em estaleiros de construção em cidades chinesas, o facto deste local específico estar localizado em Moçambique parecia pouco mais do que um pequeno inconveniente para o senhor Yang e os seus colegas.

Durante décadas, o Estado chinês ofereceu ajuda a Moçambique nos domínios da medicina, agricultura e educação. Nos últimos anos, essa ajuda tem incidido sobre grandes investimentos na construção de edifícios públicos e infra-estruturas. Desde 1999, vários edifícios públicos como o Parlamento, o Centro de Conferências Joaquim Chissano ou o Ministério dos Negócios Estrangeiros foram financiados através de donativos e empréstimos bonificados do Estado chinês e construídos pela SOGECO (Moçambique), a filial moçambicana da AFECC (*Anhui Foreign Economic Construction Co.*). A mesma empresa foi igualmente contratada para a construção do Estádio Nacional de Zimpeto e do Aeroporto

Internacional de Maputo. A maior parte do volume de negócios da SOGECOIA em Moçambique consiste em contratos para o Estado chinês, mas a empresa tem ganho também, por conta própria, uma série de propostas e negócios em imóveis. De acordo com estudos sobre os projectos chineses de construção na África Austral (Bosten 2006; Burke 2007), os projectos financiados pelo Estado chinês parecem servir de trampolim para as empresas chinesas, que após se estabelecerem localmente, conseguem candidatar-se a concursos públicos ou contratos para investidores privados por conta própria. Ser contratado pelo Estado chinês é considerado um negócio bastante atractivo pois a empresa pode confiar que será paga e, uma vez que a supervisão técnica é geralmente efectuada por outra empresa chinesa, é possível concluir projectos sem litígios onerosos. A SOGECOIA parece estar muito bem relacionada com funcionários governamentais, não só na China como também em Moçambique, tendo conseguido ganhar a maioria dos contratos neste país africano. Há, porém, outras empresas de construção chinesas, como a CCM e o grupo CHICO, que também conseguiram realizar contratos com o Estado chinês e, em seguida, começaram a operar de forma independente.<sup>3</sup>

Apesar de os trabalhadores chineses raramente saírem dos seus estaleiros de construção, estes não são totalmente autónomos; os funcionários chineses têm, frequentemente, de supervisionar equipas de trabalhadores locais. Como as leis moçambicanas estipulam uma determinada proporção de trabalhadores locais, na maioria dos casos, seria não só caro, como também ilegal, a empresa chinesa depender inteiramente de mão-de-obra chinesa. Poucos trabalhadores chineses admitem falar português, e muitos deles referem que a interacção com os trabalhadores locais produz uma espécie de linguagem que não é nem chinês nem português. É uma linguagem composta por palavras isoladas, termos técnicos e expressões simples, como 'bom dia', 'boa noite' e 'mais rápido', mas os chineses afirmam que funciona enquanto meio de comunicação dentro do complexo, mesmo se as pessoas do exterior não a entendem. Vários capatazes chineses referiram ainda que os trabalhadores moçambicanos se dirigem a eles como 'amigo', enquanto que os seus homólogos brancos são tratados por 'chefe' ou 'patrão' – prova das relações amigáveis entre chineses e moçambicanos. De uma maneira geral, os chineses estão convencidos que os trabalhadores moçambicanos apreciam a sua ética laboral, em especial, o facto de os patrões chineses não desprezarem o trabalho manual; mas enquanto os chineses julgam que se fazem entender como 'amigos', a generalidade dos trabalhadores moçambicanos dizem não entender os chineses e parece haver uma grande dose de ressentimento e confusão entre os trabalhadores moçambicanos. A insatisfação relativamente ao salário e às condições de trabalho resulta, ocasionalmente, em greves e violência – naturalmente a segregação destes estaleiros de construção não podia deixar de gerar tensões e conflitos.



## Madeira para 'take away'

O senhor Nie era director executivo de uma empresa madeireira chinesa em Cabo Delgado. Apesar dos seus 26 anos de idade, a forma como emitia ordens rápidas e com clareza via telemóvel, tanto em chinês como em português, sugeria o tipo de eficiência impiedosa que se pode esperar de um empresário com o dobro da idade. O senhor Nie cresceu na província de Guangxi e, assim que terminou a faculdade, foi directamente para Moçambique onde trabalhou para uma empresa madeireira na Beira com o seu tio, especialista no corte da madeira. Aprendeu algum português e, quando o seu contrato estava prestes a terminar, conseguiu arranjar um emprego numa outra empresa madeireira chinesa e mudou-se para Montepuez. O seu novo chefe preparou-o para um cargo de gestão, mostrando-lhe a empresa de uma ponta à outra, levando-o a reuniões e jantares com a elite local, e garantindo que ele conseguia comunicar em português. Após um ano de formação, o patrão voltou para a China e deixou o senhor Nie encarregue de toda a empresa, composta por uma serração em Pemba, com 50 funcionários locais, uma área de concessão com cerca de 40.000 hectares, e quatro equipas de lenhadores, com equipamento pesado, e um total de 100 trabalhadores. Nos primeiros tempos, o senhor Nie estava constantemente ao telefone com o patrão na China, mas após um ano por conta própria ganhou confiança na sua capacidade para resolver os mais variados problemas que podiam surgir num dia normal de trabalho. Ocasionalmente, fazia a viagem de cerca de trezentos quilómetros até às áreas de concessão, a fim de resolver disputas entre os capatazes chineses e os trabalhadores locais, pagar salários ou verificar equipamentos com defeito, regressando no mesmo dia. Por norma tudo se resume a uma questão de dinheiro, confidenciou, acrescentando que, durante a sua estadia em Moçambique, tinha aprendido a distribuir gorjetas por toda a gente, incluindo autoridades. O senhor Nie parecia genuinamente orgulhoso do seu trabalho como gerente; ganhava cerca de dois mil dólares por mês, e terá provavelmente razão em afirmar que teria precisado de pelo menos dez anos de trabalho duro na China para alcançar o salário e a responsabilidade que tinha conseguido em apenas três em Moçambique. O senhor Nie não tinha qualquer intenção de deixar Moçambique; mesmo se o país ficar sem madeira, há vastas oportunidades de negócio no sector imobiliário e no turismo. Além disso, o senhor Nie estava a pensar em estabelecer-se no país definitivamente, com a sua noiva moçambicana, uma rapariga de uma família rica local.

Como a indústria mineira ainda não arrancou de vez em Moçambique, a madeira foi a maior exportação moçambicana de recursos naturais para a China na última década (Jansson & Kiala 2009), tendo sido responsável por 69% do valor total das exportações em 2008 (Ilhéu 2010). As primeiras empresas madeireiras

chinesas estabeleceram-se em Moçambique há mais de uma década, na altura com o objectivo de contornar as empresas madeireiras sul-africanas que até então agiam como intermediárias. Presentemente, o sector é dominado por empresas chinesas e a madeira vai para a China, onde é transformada em móveis e soalho. Inicialmente, apenas os cidadãos moçambicanos podiam solicitar as licenças de exploração que lhes permitiam cortar e vender 500 metros cúbicos de madeira de áreas onde chegassem a acordo com os habitantes locais. No entanto, desde 2002, empresas estrangeiras podem também candidatar-se a áreas de concessão maiores. Neste contexto, as empresas chinesas têm utilizado múltiplas estratégias para a obtenção de madeira: comprando parte da madeira, colaborando com detentores de licenças através do fornecimento de camiões e motosserras em troca de madeira, ou operando em áreas de concessão maiores onde empresas chinesas detêm o controlo operativo total sobre equipamento e recursos humanos.

Não obstante o surgimento de nova regulação, a descrição provocatória de Christine Mackenzie (2006) da silvicultura moçambicana como *'take away* para chineses' parece reflectir a opinião local sobre esta indústria. Nas áreas de concessão, os habitantes locais não são compensados pela madeira extraída; e mesmo no caso das licenças individuais, em que estes deveriam ter a última palavra, a oferta de salários para alguns homens e a promessa de construção de uma escola são normalmente suficientes para convencer as comunidades a prescindir do seu ébano e pau-rosa. Ao pagarem salários mínimos – e por vezes, menos – pelo trabalho manual, e uma pequena recompensa às comunidades pela perda da sua madeira, as empresas chinesas estão a exacerbar a pobreza rural em vez de a mitigar, enquanto os lucros enchem os bolsos das elites locais e dos empresários chineses. As cotas de extracção e a proibição de exportação de madeira não transformada têm como objectivo tornar a silvicultura uma indústria sustentável e aumentar o número de empregos no processamento da madeira em Moçambique. Existe, todavia, uma exportação ilegal de madeira não transformada considerável, uma vez que esta está isenta de taxas de importação na China e atinge assim um preço mais elevado. As empresas chinesas com áreas de concessão foram obrigadas a instalar alguns equipamentos básicos de processamento e algumas fazem apenas um corte simples nos troncos o que, apesar de reduzir o valor da madeira, a torna legal. Noutros casos, os inspectores do Ministério da Agricultura e os funcionários da alfândega são persuadidos a descrever os contentores cheios de troncos como contentores cheios de tábuas.

Daniel Ribeiro (2010), partilhando a perspectiva de uma ONG ambiental, sugere que há uma exportação ilegal em massa de madeira não processada e acima das cotas, não obstante a ocasional apreensão de barcos e contentores. Os pequenos subornos são, sem dúvida, parte da explicação, mas ilegalidades

desta escala dificilmente seriam possíveis sem a conivência de autoridades moçambicanas de alto nível. A este respeito, a senhora de Xangai que gere a maior empresa madeireira de Pemba contou uma história interessante. Há dez anos atrás, o seu chefe estava a comprar madeira na Beira e encetou conversa com um moçambicano num restaurante, que se revelaria ser o governador de Cabo Delgado, e que acabou por convidar o empresário chinês para iniciar um negócio em Pemba. De acordo com outras fontes, sabemos que o governador ocupou uma posição no conselho de administração e que colocou um funcionário de confiança do Departamento da Agricultura na empresa, promovendo assim uma cooperação regular entre esta e a unidade administrativa de supervisão. Nunca ficou inteiramente claro como é que esta relação estreita entre o poder local e o empresário chinês funcionava, mas parecia haver um entendimento generalizado de que esta empresa estava especialmente protegida e alguns dos trabalhadores comentaram que os inspectores nunca chegaram a entrar na serração. A gerente de Xangai tinha criado entretanto uma associação de empresas chinesas em Pemba e, enquanto algumas actividades eram puramente sociais, a sua intenção era igualmente ajudar a solucionar os problemas com que os seus compatriotas se deparassem em Moçambique. Curiosamente, ela tinha recentemente contactado o embaixador chinês em Maputo e lamentado o facto de a embaixada se ter esquecido dos seus nacionais do norte de Moçambique. Como consequência, ela está agora regularmente em contacto com a embaixada chinesa, actuando como representante da comunidade chinesa no norte de Moçambique. Este exemplo evidencia que os empresários privados chineses são perfeitamente capazes de forjar alianças com elites locais sem qualquer apoio político chinês; no entanto, como a obtenção deste apoio é bastante conveniente, a embaixada chinesa é, consequentemente, arrastada para áreas novas e potencialmente controversas.

## Calçado e segurança

Um jovem moçambicano com um grande bastão e uma espingarda pendurada no ombro foi colocado na entrada da pequena e sobrelotada loja de sapatos chinesa, na baixa de Maputo. O casal chinês de meia-idade dono do negócio não acreditava verdadeiramente que o guarda pudesse contribuir significativamente para a melhoria da sua segurança, mas tendo sido assaltados na semana anterior por homens armados, entenderam ser necessário tomar uma atitude. O senhor Jia e a mulher tinham-se dedicado durante alguns anos ao comércio na Europa de Leste antes de se mudarem para a África do Sul. A África do Sul era um país rentável para os negócios, mas demasiado perigoso e o casal rapidamente se

mudou para Moçambique. O seu filho de 24 anos, tendo passado a maior parte da sua juventude em Maputo, era fluente em português e trabalhava como intérprete em Angola, auferindo um extravagante salário de 3.000 dólares americanos por mês. A sua filha estava prestes a terminar o ensino secundário e eles debatiam-se de momento com a hipótese de se mudarem com ela, quando esta seguisse para uma universidade num país desenvolvido – Moçambique, para eles, tinha-se tornado, nos últimos anos, cada vez menos rentável e mais perigoso. O negócio parecia, porém, ir de vento em popa: com a chegada de novo contentor cheio de sapatos, os clientes faziam fila fora da loja. O senhor Jia explicou que, sempre que a loja estava lotada, os ladrões fugiam com os sapatos que se encontravam na montra, motivo pelo qual ele havia instruído o guarda para não permitir a entrada de mais de 6 pessoas de cada vez. Os vendedores de rua eram os seus clientes mais frequentes, e alguns deles estabeleciam as suas bancas de venda no passeio mesmo ao lado da loja. Obviamente que isto na China não seria permitido, queixou-se o senhor Jia, mas Moçambique é tão desorganizado que não havia nada que ele pudesse fazer. Ainda assim, apesar de os vendedores de rua obterem lucro que poderia estar a entrar nas contas do senhor Jia, estes poupavam-lhe os problemas das vendas a retalho.

Não obstante, naquele bairro, poucas lojas aparentarem pertencer a chineses, a loja do senhor Jia era afinal uma entre inúmeras lojas chinesas, a grande maioria especializada em calçado. Embora os lucros conseguidos – em particular antes da afluência de concorrentes chineses e da variação das taxas de câmbio – fossem consideráveis, as lojas eram bastante modestas, situadas em instalações degradadas arrendadas a descendentes de indianos ou paquistaneses. Mas, apesar de discretas, quase metade delas foi atingida por um gangue de assaltantes armados no Verão de 2011. Um dos proprietários chegou a disparar uma arma para o ar, quando os assaltantes fugiam, mas a bala era tão velha que o som asfíxiado do inútil disparo provocou uma onda de riso entre os presentes. Outro proprietário comentou que este episódio teria provavelmente representado o máximo de resistência que os assaltantes terão tido que enfrentar – a polícia era ineficiente e mesmo que os culpados fossem detidos, as leis do país pareciam favorecer ladrões locais em detrimento de vítimas estrangeiras.

No seguimento desta recente onda de assaltos, alguns proprietários tinham-se juntado para enviar uma carta à embaixada chinesa em Moçambique, solicitando que esta transmitisse a sua preocupação com a ausência de segurança em Maputo às autoridades moçambicanas competentes. Os proprietários pareciam, porém, convencidos da ineficácia da petição enviada à embaixada, uma vez que esta se mostrava geralmente relutante em defender firmemente os seus nacionais. Havia, por isso, outras iniciativas em curso. Os representantes de

várias associações chinesas em Maputo tinham já reunido com funcionários da embaixada a fim de discutir a possibilidade de criação de um Centro de Cooperação Cívica Policial. Este centro foi concebido para facilitar a cooperação entre a polícia local e os cidadãos chineses, e um dos proponentes esperava que o centro servisse não só para cultivar relações com a polícia de Maputo, mas também para proporcionar um serviço de resposta de 24 horas para os cidadãos chineses. Como parte deste serviço, o centro enviaria um chinês bilingue para garantir a facilidade de comunicação entre os cidadãos chineses e a polícia. Em Junho de 2011, a discussão intensificou-se com o intuito de estudar qual a melhor forma que este centro deveria assumir e ainda quais das associações concorrentes ficariam responsáveis.

Surpreendentemente, a embaixada respondeu às preocupações dos proprietários e, a 26 de Julho, o embaixador chinês reuniu com o chefe da polícia de Moçambique e com os comandantes da Força de Intervenção Rápida, da Polícia da Cidade de Maputo e da Polícia da Província de Maputo. Como seria de esperar, a retórica do comunicado oficial chinês sobre esta reunião enfatiza as relações amigáveis entre os dois países; o embaixador é, porém, bastante explícito quando se refere ao problema em questão, afirmando que ‘é imperativo estabelecer um mecanismo de trabalho eficiente para assegurar que os direitos legais dos cidadãos chineses em Moçambique são plena e eficazmente protegidos.’ (MFAPRC 2011). Do encontro resultou que ‘os dois lados anunciaram formalmente a criação do Mecanismo de Defesa Conjunta da Polícia e do Cidadão envolvendo a Polícia de Moçambique, a Embaixada Chinesa e representantes de empresas chinesas residentes em Moçambique’ (Ibid.). Falta ainda saber como vai funcionar exactamente esta iniciativa e se vai conseguir melhorar a segurança dos cidadãos chineses e das suas sapatarias na baixa de Maputo, mas este é, claramente, um desenvolvimento interessante. Talvez não seja lícito extrapolar este exemplo e tirar conclusões gerais sobre o funcionamento das embaixadas chinesas; mas este caso ilustra bastante bem como a embaixada da China em Moçambique não é apenas um veículo para as políticas de Pequim, e suscita questões relativamente à crescente necessidade de as embaixadas chinesas passarem a responder a pressões locais oriundas das empresas chinesas e de organizações da sociedade civil.

## Conclusão

Hoje, a iminência do ‘século chinês’ pode parecer mais real do que nunca, assim como o império norte-americano pareceu um dia o inevitável fim da história. Muitos de nós sustêm a respiração com

expectativa e ansiedade. Vale, no entanto, a pena nos lembrarmos que o “global” nem sempre é um mapa fidedigno de previsão do futuro, e o problema com metáforas como o “perigo amarelo”, a “tomada de poder comunista” ou o “novo gigante económico global” não é não serem fortes, mas não serem suficientemente criativas. (Zhan 2009)

Os quatro encontros etnográficos aqui descritos sugerem que a presença chinesa em Moçambique não pode realmente ser entendida como a materialização de um plano director de Pequim. De facto, o envolvimento da China em África parece estar a desenrolar-se por meios que não foram antecipados por nenhum plano. A importância da iniciativa privada, à margem de qualquer plano, foi claramente ilustrada quando me encontrei com um grupo de jovens chineses em trânsito de Dar-es-Salaam para Maputo. Eles embarcaram no avião em Pemba com um grande e vistoso conjunto de bagagens de mão. Eu estava sentado ao lado de um deles, um jovem de 20 anos que ficou visivelmente nervoso quando encetei conversa em chinês. Ele insistiu que estavam a caminho de Maputo para se divertirem, mas era bastante óbvio que não estavam verdadeiramente a gostar da viagem. Ele não achou que a comida do avião fosse comestível e, portanto, já não comia desde a saída de Hong Kong, e tinha dificuldade em entender os anúncios em inglês. Alguém tinha entornado acidentalmente açúcar no compartimento da bagagem de onde caíam constantemente formigas para cima dele. A certa altura, tentou mudar de lugar, mas os restantes passageiros riram-se do seu inglês incompreensível e ele viu-se obrigado a voltar. Sentou-se, puxou o casaco preto de imitação de pele por cima da cabeça, para evitar as formigas e as questões, mas depois de meia hora de silêncio, perguntou-me apreensivo se podia ir à casa de banho no avião. Era bastante óbvio que o jovem não era um viajante experiente a caminho de umas férias em Maputo. Já um pouco frustrado com as suas respostas evasivas, garanti-lhe que não o ia denunciar e perguntei-lhe directamente se era um trabalhador migrante. Ele pareceu quase aliviado com a pergunta e explicou-me que a sua família, na província de Fujian, o tinha enviado para o exterior para construir o seu futuro. Munido de um bilhete de regresso, tinha, porém, uma entrevista agendada com um potencial empregador e, se tudo corresse bem, estava a planear ficar e trabalhar como cozinheiro. Quanto aterrámos em Maputo, descobri que os jovens passageiros não tinham despachado nenhuma bagagem de porão e foram levados directamente para um pequeno autocarro que os esperava no aeroporto. Nunca mais voltei a ver o jovem, e ele nunca respondeu aos meus *emails*.

Quando contei esta história a um amigo chinês que reside em Moçambique, ele lembrou que os jovens estariam provavelmente a caminho da África do Sul.

O facto de terem pouca bagagem indicava que iam atravessar a fronteira a pé numa zona sem vigilância. Esta é uma actividade frequente, explicou-me o meu amigo: por semana, cerca de 30 chineses entram ilegalmente na África do Sul a partir de Moçambique. Alguns são detidos como imigrantes ilegais e deportados de volta para Moçambique, outros acabam baleados quando abrem lojas em bairros perigosos, mas a maioria desaparece – ‘engolidos’ por empresas chinesas onde arranjam trabalho, vão gradualmente adquirindo papéis, falsificados ou reais, que lhes permitem viver na África do Sul. Este tipo de migração não é nem fiscalizada nem permitida pelo Estado chinês, acontece à margem de um qualquer grande plano.

Não é surpreendente a quantidade de actividade empresarial privada no contexto da presença da China em África. O que não deixa de surpreender, porém, é a forma como, nos encontros etnográficos descritos, os empresários privados chineses e as associações chinesas locais têm começado a apelar à embaixada chinesa, e conseqüentemente, ao Estado chinês, para proteger os seus interesses legais em países estrangeiros. ‘A embaixada chinesa diz-nos apenas para respeitarmos e nos comportarmos de acordo com as leis locais. Mesmo quando somos tratados de forma injusta pelas autoridades locais, eles nunca intervêm,’ reclamou um empresário chinês, expressando em simultâneo a sua admiração pelo estilo mais assertivo dos portugueses. Um dos seus amigos chineses possuía um passaporte português e quando teve problemas com a polícia moçambicana a embaixada portuguesa não poupou esforços para defender os interesses de um seu nacional. Parece haver consenso entre os pequenos empresários chineses que a dispendiosa cooperação chinesa com África tem trazido poucos frutos e que é altura de marcar uma posição bastante mais forte na defesa da propriedade e segurança dos cidadãos chineses.

David A. Robinson (2012), num artigo recente, faz um resumo do envolvimento da China em Moçambique e discute como este estudo de caso específico pode contribuir para um debate mais alargado sobre os objectivos e impactos da China em África. Robinson conclui que o envolvimento chinês é económico e diplomático em vez de militar e estratégico, e que o desejo de obtenção de recursos naturais não exclui um compromisso sincero de promoção de desenvolvimento económico e estabilidade social. De um ponto de vista mais genérico, esta afirmação é verdadeira, mas os objectivos do poder central não são, provavelmente, o indicador mais fiável para entendermos o que está a acontecer agora e o que vai acontecer no futuro. De acordo com o material etnográfico apresentado, os chineses em Moçambique não estão apenas a desenvolver negócios e a forjar alianças políticas locais através de meios que não foram antecipados por nenhum plano; eles estão igualmente a dialogar com o poder central em Pequim, exigindo

que o Estado chinês mostre a sua força e intervenha para proteger os seus direitos e interesses. O envio de uma fragata de combate à pirataria na baía de Áden e a evacuação espectacular de quase 40 mil cidadãos chineses no início da guerra civil na Líbia, em 2011, indicia que o Governo chinês se começa a aperceber que intervenções decisivas no estrangeiro são não só possíveis, como apoiadas com grande entusiasmo pela opinião pública nacional. Um artigo publicado no *China Daily* de 28 de Fevereiro de 2011 afirma que '[e]sta é a primeira vez que a marinha chinesa participa numa missão deste género. E prova, uma vez mais, que o Exército de Libertação Popular é uma força fiável para a salvaguarda da segurança de todos os cidadãos chineses, estejam estes em casa ou no exterior.'

A julgar pela surpreendente missão na Líbia, são as contingências na periferia em vez das decisões preconcebidas no centro, que vão determinar a forma como a política de expansão chinesa se irá desenvolver. À medida que o número de cidadãos chineses no estrangeiro e o valor dos seus investimentos privados e empresariais continuam a crescer, será cada vez mais difícil 'salvaguardar a segurança de todos os cidadãos chineses, em território nacional e no estrangeiro' e será, certamente, apenas uma questão de tempo até que alguma contingência na periferia ponha em causa a actual política de não-intervenção nos assuntos internos de outros países. O modo como a China se adaptará aos desafios na periferia está ainda por desvendar, e é por essa razão, parece-me, que é importante estudar a forma como os médicos, os trabalhadores da construção civil, os comerciantes de madeira e os pequenos comerciantes chineses interagem com os habitantes locais em países como Moçambique. Não porque estes locais e momentos etnográficos elucidem a forma como um plano director preexistente está a ser executado; mas porque as habitações degradadas de médicos chineses, a gestão, num português mal falado, dos estaleiros de construção, as serrações decrépitas e as sapatarias arrendadas são os verdadeiros locais onde, de maneira inconstante, a China vai sendo moldada e adquirindo formas novas e surpreendentes.



## Notas

1. Este projecto de investigação, intitulado *Imperial Potentialities*, é financiado pelo Conselho Dinamarquês para a Pesquisa Independente em Ciências Sociais (FSE) e é composto por três investigadores, Morten Nielsen, Morten Axel Pedersen, e Mikkel Bunkenborg. O projecto explora o crescente envolvimento político-económico da China na Ásia Central e na África subsariana, através de três trabalhos de campo etnográficos interligados sobre as intervenções chinesas nas infra-estruturas e na extração de recursos na Mongólia e em Moçambique.
2. Tal como sugerido pelos títulos dos seus livros – *Empresários chineses em África* (2003), *A última mina de ouro: as oportunidades de negócio ilimitadas em África* (2007), *Ao longo do Sudeste Africano* (2010) e *Guia de Moçambique* (2010) – Jian Hong oferece uma combinação interessante de factos básicos, etnografia amadora e conselhos práticos aos empresários chineses que procuram informação sobre Moçambique.
3. O artigo de Morten Nilsen, também publicado neste volume, descreve a forma como o grupo CHICO ganhou o concurso internacional do Banco Mundial para a construção de uma secção da EN1. Neste caso, o projecto foi subcontratado a outra empresa, a sétima divisão da *China Railways Engineering Corporation*.

## Referências

- Alden, C. (2007). *China in Africa*, Londres, Nova York, Zed Books.
- Alden, C. et al. (2008). *China returns to Africa: a rising power and a continent embrace*, Londres, Hurst.
- Bodomo, A. (2010). 'The African Trading Community in Guangzhou: An Emerging Bridge for Africa-China Relations', *The China Quarterly*, 203, pp. 693-707.
- Bosten, E. (2006). China's Engagement in the Construction Industry of Southern Africa: the case of Mozambique. Paper read at Asian and other Drivers of Global Change, 19-21 January, at St. Petersburg.
- Braütigam, D. (2009). *The Dragon's Gift: the real story of China in Africa*, Oxford England, Nova York, Oxford University Press.
- Burke, C. (2007). 'China's Entry into Construction Industries in Africa: Tanzania and Zambia as Case Studies', *China Report* 43 (3), pp. 323-336.
- China Daily* (2011). 'Timely evacuation', 28 de Fevereiro, disponível em: [http://www.china.org.cn/opinion/2011-02/28/content\\_22018293.htm](http://www.china.org.cn/opinion/2011-02/28/content_22018293.htm) (acedido a 10 de Junho de 2012).
- Hsu, E. (2002). 'The medicine from China has rapid effects': Chinese medicine patients in Tanzania, *Anthropology and Medicine* 9 (3), pp. 291-312.
- Ilheu, F. (2010). The Role of China in the Portuguese Speaking African Countries: The Case of Mozambique (Part II). Centre of African and Development Studies, Universidade Técnica de Lisboa.
- Jansson, J. & Kiala, C. (2009). Patterns of Chinese investment, aid and trade in Mozambique, Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosh.
- Jian, H. (2003). *Zhongguo Shangren zai Feizhou: Shangqing, fengqing, renqing* [Chinese businessmen in Africa: Market conditions, local customs, and personal relations]. Beijing, Zhongguo Jingji Chubanshe.
- . (2007). *Zuibou de jinkuang: Wuxian shangji zai Feizhou* [The Last Gold Mine]. Beijing, Zhongguo Shidai Jingji Chubanshe.
- . (2010). *Dongnan Feizhou zhi lu: Chuanyue Dongnan Feizhou*. [Across Southeast Africa], Beijing, Zhongguo Kexue Wenhua Yinxiang Chubanshe.

- . (2010). *Dongnan Feizhou zhi lu: Mosangbike zhinan* [Mozambique Guidebook], Beijing, Zhongguo Kexue Wenhua Yinxiang Chubanshe.
- . (2011). *Zhongguo yuan Fei yisheng zuo duo yuan*. [How much further can the Chinese doctors aiding Africa go?], disponível em: <http://hi.baidu.com/%B7%C7%D6%DE%BD%A3%BA%E7/blog/item/677ab80803a69ffd36d122d4.html>. (acedido a 15 de Fevereiro de 2012).
- Langwick, S. (2010). 'From Non-Aligned Medicines to Market-Based Herbs: China's Relationship to the Shifting Politics of Traditional Medicine in Tanzania', *Medical Anthropology: Cross-Cultural Studies in Health and Illness* 29 (1), pp. 15-43.
- Lee, Ching Kwan. (2009). 'Raw Encounters: Chinese Managers, African Workers and the Politics of Casualization in Africa's Chinese Enclaves', *The China Quarterly*, 199 (1):647-666.
- Mackenzie, C. (2006). *Forest Governance In Zambezia, Mozambique: Chinese Take-Away!* Final Report for FONGZA.
- Mathews, G. (2011). *Ghetto at the center of the world: Chungking Mansions*, Hong Kong. Chicago; Londres, University of Chicago Press.
- Zhonghua Renmin Gongheguo Waijiaobu [MIAPRC]. (2011). *Zhu Mosangbike dasbi Huang Songfu yu Mo jingcha budui fuzeren juxing gongzuo huiwu* [Ambassador to Mozambique Huang Songfu meets with leaders of Mozambican police and armed forces], disponível em: <http://cs.mfa.gov.cn/lshh/lxw/t842919.htm>. (acedido a 15 de Fevereiro de 2012).
- Michel, S. et al. (2009). *China safari: on the trail of China's expansion in Africa*, Nova York, Nation Books.
- Ramo, J. (2004). *The Beijing Consensus: Notes on the New Physics of Chinese Power*, Londres, Foreign Policy Centre.
- Ribeiro, D. (2010). Disappearing Forests, disappearing hope: Mozambique. In A. Harneit-Sievers, et al. (eds.), *Chinese and African perspectives on China in Africa*, Cape Town, Pambazuka Press, pp. 155-162.
- Robinson, D. (2012). 'Chinese engagement with Africa: The case of Mozambique', *Portuguese Journal of International Affairs*, 6, pp. 3-15.
- Taylor, I. (2006). *China and Africa. Engagement and compromise*. Londres, Routledge.
- Zhan, M. (2009). *Other-worldly: making Chinese medicine through transnational frames*, Durham, Duke University Press.